

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-035-3

DOI 10.22533/at.ed.353191501

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 1, apresenta 19 capítulos sobre os aspectos relevantes da área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo relacionado aos aspectos gerais das edificações. Os capítulos exibem a preocupação em relatar a importância de preservar os aspectos históricos e culturais que devem ser mantidos através das edificações.

O Patrimônio histórico cultural brasileiro de natureza material e imaterial, previsto na lei é uma forma de garantir a preservação e a história dos edifícios e possibilita manter a cultura em um determinado local e região. Embora, a maioria deles necessita de manutenção, reparos e restauração na materialidade para manter viva a imaterialidade contida nos imóveis.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e particularidades das edificações distribuídas em diversas cidades brasileiras. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COR E AS SUPERFÍCIES ARQUITECTÓNICAS EM EDIFÍCIOS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS HOMENS PARDOS, LARANJEIRAS, BRASIL	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915011	
CAPÍTULO 2	18
A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?	
<i>Ivan Cavalcanti Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915012	
CAPÍTULO 3	33
A IMAGEM COMO SÍMBOLO: UMA FOTOGRAFIA E A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA NAS PRIMEIRAS CASAS DE GOIÂNIA	
<i>Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915013	
CAPÍTULO 4	49
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO LEGAL DO ENTORNO DOS BENS INVENTARIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS, BRASIL	
<i>Andréia Schneid</i> <i>Ana Lúcia Costa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915014	
CAPÍTULO 5	65
A TAIPA DE CARNAÚBA NO INTERIOR DO PIAUÍ: A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA	
<i>Tayná Rosal Arnaldo</i> <i>Márcia Piauilino Lins</i> <i>Patrícia Mendes dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915015	
CAPÍTULO 6	78
ARQUITETURA E URBANISMO EM GOIÂNIA NOS REGIMES DE HISTORICIDADE TELEOLÓGICO E PRESENTISTA	
<i>Wilton Medeiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915016	
CAPÍTULO 7	89
CASA ZENON ROCHA: O PRIMEIRO TOQUE DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE TERESINA	
<i>Emanuelle Karenyne Mota Chaves</i> <i>Hugo Bona de Carvalho</i> <i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915017	

CAPÍTULO 8 101

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA ATTÍLIO CORREIA LIMA: REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO

Ariene Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.3531915018

CAPÍTULO 9 119

DIÁLOGO ENTRE ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Ana Cristina de Souza

Eliana Maria dos Santos Bahia

DOI 10.22533/at.ed.3531915019

CAPÍTULO 10 136

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PRETENSAMENTE RESTAURADAS: O CASO DO CAMPUS DE LARANJEIRAS DA UFS/SERGIPE/BR

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

Josefa Luana Oliveira Freire

DOI 10.22533/at.ed.35319150110

CAPÍTULO 11 153

GEOMETRIA E ARQUITETURA: CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS COMPLEXAS A PARTIR DE MÓDULOS GEOMÉTRICOS

Mariana Tiemi Uemura Kawaguti

Patricia Andrea Paladino

DOI 10.22533/at.ed.35319150111

CAPÍTULO 12 170

GERHARD BORMANN E O CEARÁ: NOVOS MATIZES NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

Paulo Costa Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.35319150112

CAPÍTULO 13 187

INDÍCIOS DA MODERNIZAÇÃO DA ARQUITETURA ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930 EM MANUAIS DE OBRAS PÚBLICAS

Marina Goldfarb

Nelci Tinem

DOI 10.22533/at.ed.35319150113

CAPÍTULO 14 201

O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA PROJETUAL E CONSTRUTIVA DO CAMPUS

Claudio Antonio S. Lima Carlos

DOI 10.22533/at.ed.35319150114

CAPÍTULO 15 218

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM RISCO: CASOS NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE

Liliany Schramm da Silva Gattermann

Mariana Mattei Santos

DOI 10.22533/at.ed.35319150115

CAPÍTULO 16	230
PATRIMÔNIO CULTURAL: DO TOMBAMENTO À RESTAURAÇÃO	
<i>Franciane dos Santos Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150116	
CAPÍTULO 17	241
A (NÃO) DOCUMENTAÇÃO DA MORTE DA ARQUITETURA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE	
<i>Ronaldo Andre Rodrigues da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150117	
CAPÍTULO 18	261
ROTA DA ARQUITETURA RELIGIOSA NO PIAUÍ: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS INFLUENCIAS ESTILÍSTICAS DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES SACRAS DO SÉC. XVII	
<i>Alaiana Rodrigues Lima</i>	
<i>Tiago Silva de Sousa</i>	
<i>Modesto Luis de Sousa Neto</i>	
<i>Naira Oliveira Martins da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150118	
CAPÍTULO 19	274
SANTO ANTÔNIO DE JESUS – RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS	
<i>Bruna Andrade Silva</i>	
<i>Jade Andrade Malta Santos</i>	
<i>Luana Veiga Meira</i>	
<i>Vitória Maria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150119	
SOBRE A ORGANIZADORA	288

A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?

Ivan Cavalcanti Filho

Universidade Federal da Paraíba, Departamento
de Arquitetura e Urbanismo

João Pessoa - Paraíba

RESUMO: Entre 1585 e 1660, os franciscanos fundaram treze conventos no litoral nordeste do Brasil. Originalmente simples, tais edifícios passaram por reformas e ampliações, que lhes conferiram, no final do século XVIII, uma arquitetura inusitada, caracterizada tanto por elementos formais eruditos, como traços inovadores. Nesse processo evolutivo porque passou o modelo conventual dos franciscanos, a galilé constituiu espaço recorrente, característico de todos os cenóbios nordestinos, à exceção da casa de Salvador que, por questões logísticas, não pôde acolher o referido vestíbulo na sua nova construção iniciada no princípio do século XVIII. A presença da galilé, assim como de outros ambientes do complexo franciscano, concorreu para a formação de uma identidade arquitetônica distinta daquela encontrada em cenóbios de outras ordens religiosas. O presente trabalho tem como objeto de estudo a galilé dos citados conventos, procurando relacionar sua forma à função que tinha no contexto da igreja tridentina e da regra seráfica. Para tanto, a partir de uma revisão literária pertinente, e do conhecimento *in loco* dos

conventos em questão, a pesquisa incursiona na gênese da galilé na organização física do edifício religioso cristão, trata de seu uso geral através dos séculos, e procura destacar sua função no âmbito da arquitetura franciscana no nordeste colonial. Além da sua aparência externa, formada por arcos romanos em pedra lavrada, o estudo contempla seu aspecto interior, onde o piso, o forro e as superfícies laterais se articulam em termos de utilidade e de arte, concorrendo para o funcionamento adequado do espaço no conjunto arquitetônico franciscano.

PALAVRAS-CHAVE: galilé; convento franciscano; Nordeste colonial.

ABSTRACT: Between 1585 and 1660 Franciscans founded thirteen convents on the Brazilian Northeast sea shore. Originally simple, those buildings underwent physical changes and enlargements that would provide them with an unprecedented architecture by the end of the eighteenth century, being characterized with both erudite elements and innovative patterns. In such process of evolution, the galilee represented a recurrent space, proper to all northeastern convents, except for Salvador, which could not be provided with the vestibule in its new construction initiated at the beginning of the eighteenth century due to logistic reasons. The presence of the galilee as well as of other

precincts within the franciscan complex provided it with an architectural identity different from that found in houses of other religious orders. This essay has the galilee of the convents in question as the object of study, searching to link its shape to the function it had in the context of the tridentine church and the seraphic rule. Hence, from a cautious literature review and the actual knowledge of the convents, the research focuses on the introduction of the galilee in the spatial configuration of the christian edifice, refers to its use along the centuries and highlights its function in Franciscan architecture in the Brazilian Northeast during colonial times. Besides its external appearance based on stone Roman arches, the study refers to its interior where floor, ceiling and side surfaces work out in terms of utility and art, contributing for the adequate functioning of the space within the Franciscan architectural complex.

KEYWORDS: galilee; Franciscan convent; colonial Northeast

1 | INTRODUÇÃO

No âmbito dos espaços que compõem as casas conventuais produzidas pelos franciscanos na costa nordeste do Brasil colonial, a galilé se destaca como um dos mais relevantes, face à sua posição de primeiro compartimento do conjunto arquitetônico, ambiente através do qual se tem acesso às *várias partes da edificação* eclesiástica. Outras ordens religiosas, como a beneditina e a carmelita, adotaram o espaço nos seus cenóbios na colônia, mas *não da* forma recorrente como aconteceu com os frades menores no Nordeste. O mosteiro de São Bento em Salvador, na Bahia, e o convento carmelita de São Cristóvão, em Sergipe, entre outros exemplares, constam entre os inúmeros contemplados com o aludido vestíbulo em solo nordestino. No contexto da metrópole, os agostinianos e os jesuítas igualmente dotaram suas respectivas igrejas de S. Vicente de Fora, em Lisboa, e do Espírito Santo, em Évora, com espaço do gênero entre os séculos XVI e XVII (PAIS DA SILVA, 1993, p.153). Apesar de ter sido empregado já na arquitetura paleocristã, a adoção de tal ambiente foi animada no mundo católico a partir do Concílio de Trento (1545-1563), mormente após a ‘tradução’ das suas recomendações para o contexto da construção de *edifícios religiosos* por São Carlos Borromeo em 1577, quando publicou as *Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae* (BLUNT, 2001, p.168). No mencionado *código de* diretrizes, o então Arcebispo de Milão enfatizou a importância da presença de um átrio precedendo a edificação religiosa, e, não sendo possível a construção do mesmo devido a limitações físicas do terreno ou à falta de recursos, sugeriu que pelo menos fosse construído um pequeno vestíbulo com duas colunas, que servisse de ‘proteção’ à portada de acesso ao edifício religioso (BORROMEIO, 1985, p.9).

Este ensaio trata da galilé no âmbito da arquitetura produzida pelos frades menores no nordeste brasileiro, discorrendo sobre sua evolução entre a segunda metade do século XVII, quando registros iconográficos do Brasil holandês apresentam sua

linguagem primitiva, e o final do século seguinte, quando o vestíbulo adquire diferentes proporções de acordo com o espaço disponível, a função a ele atribuída, e a proposta de conferir à frontaria do complexo uma aparência inusitada. Para tanto, a pesquisa incursiona na gênese do espaço no contexto paleocristão, destaca a sua evolução em períodos subsequentes da história da edificação católica, aborda o seu emprego no contexto português, atendendo às “Instruções” de São Carlos Borromeo relativas à fábrica de edifícios religiosos, e trata da presença do recinto no âmbito da colônia. Afinal, a produção da arquitetura eclesiástica no Brasil colonial, especialmente aquela ligada ao clero regular, cuja missão evangelizadora contribuiria de forma decisiva para o êxito do projeto colonizador português, se deu sob o signo da Contra-Reforma.

A partir de uma minuciosa revisão da literatura, dos registros iconográficos disponíveis, e, principalmente, do inventário dos conventos franciscanos em questão, que integra a tese *The Franciscan Convents of North-East Brazil 1585-1822: Function and Design in a colonial context* (CAVALCANTI FILHO, 2009, p.1-261), a investigação aponta para três versões de galilé no contexto da arquitetura franciscana nordestina: a) uma primitiva, simplória, ‘capucha’, presente até a segunda metade do século XVII, planejada como estrutura anexa para ‘proteger’ a porta de entrada da igreja; b) outra mais elaborada, concebida no próprio corpo do edifício, delimitada por arcos romanos e confeccionada em cantaria de pedra calcárea a partir do final do mesmo século; e c) uma versão final, fabricada a partir de meados do século XVIII, atendendo a um uso mais abrangente do espaço e uma composição formal focada no embelezamento do frontispício da igreja. Afinal, mesmo no contexto de simplicidade e pobreza que caracterizava a Ordem dos frades menores, a arte não podia ser relevada, sobretudo após o decreto tridentino reconhecer seu potencial didático-pedagógico, o qual devia ser veiculado nas construções eclesiásticas, constituindo eficiente instrumento de catequese e educação religiosa (RATZINGER, 2001: p.95).

O trabalho culmina com uma análise geral da forma arquitetônica e da configuração espacial da galilé franciscana nordestina de fins do século XVIII como estrutura basilar para a composição final dos respectivos cenóbios, e, por conseguinte, para a formação de uma nova identidade formal no contexto da arquitetura eclesiástica brasileira. O estudo registra dois gabaritos finais de galilé, destacando o grau de segregação e/ou integração que os mesmos sugeriam, e aponta evidências que confirmam sua natureza plural sob a ótica da função; e ambígua, se considerada a sua hierarquia espacial no complexo conventual franciscano.

2 | ANTECEDENTES HISTÓRICOS

De acordo com Corona e Lemos (1972, p.236), o termo galilé é usado para designar a galeria ou alpendre encostado numa igreja. Já Curl (1999, p.262) define o ambiente

como um nártex ou um grande espaço entre o exterior e a extremidade ocidental da nave da igreja, onde penitentes e mulheres eram admitidos, defuntos eram velados antes do sepultamento, e onde monges coletavam donativos antes e depois de procissões. Também conhecido como ‘paraíso’, o termo ainda podia designar um *atrium* fechado, ou o terraço situado a oeste de uma igreja (CURL, 1999, p.481). Em termos práticos, a palavra se refere a diferentes formas espaciais agregadas externamente à igreja cristã, mas que convergem sob um aspecto: aquele de estarem imediatamente anexas à extremidade ocidental do templo, funcionando como um espaço de intermediação entre o recinto sagrado – o templo cristão propriamente dito, cujo ponto focal, o altar, ficava orientado para leste, para Jerusalém – e o mundo exterior, o século repleto de adversidades, que ficava a oeste. Nesse sentido, o sobredito compartimento, tradicionalmente conhecido como nártex, carregava um forte componente simbólico de segregação, já que intentava separar o sagrado do profano, a virtude do pecado, o bem do mal. Afinal, o espaço retinha os penitentes, que não podiam ter acesso ao recinto sagrado por estarem em pecado, e os catecúmenos, que ainda não estavam qualificados para o acesso à igreja por não serem batizados (PAIS DA SILVA, 1993, p.153).

Esse caráter de segregação é reforçado na própria adoção do termo galilé para significar o espaço em questão, já que o Evangelho de São Mateus por três vezes se refere à Galiléia como uma região de pagãos (CAVALCANTI FILHO, 2009, p.99; BAZIN, 1980, p.148). O espaço adossado transversalmente à igreja constituía, portanto, uma barreira física que garantia a sacralidade do templo católico contra o componente pagão do mundo exterior. A igreja cristã primitiva já empregava o referido espaço de transição, tanto através do partido quadrangular de átrio, quanto na versão linear de nártex, esta última com espacialidade similar àquela da galilé. A igreja românica de S. Ambrósio, em Milão (1088), constitui um significativo exemplar do primeiro caso (KRÜGER, 2008, p.58; BENEVOLO, 1972, p.98); enquanto as basílicas bizantinas de S. Vitale (547 AD) e S. Apolinário-o-Novo (561 AD), ambas em Ravena; e Santa Sofia (537 AD), em Constantinopla, contemplam o segundo (PEVSNER, 2002, p.19, p.12, p.23). Segundo a tradição, no contexto da igreja paleocristã, tais espaços cumpriam com sua função de segregação na medida em que retinham os não batizados. A cerimônia de batismo – o passaporte para o acesso à igreja e suas celebrações – não ocorria no interior dos templos, mas nos batistérios, que eram edificações de planta central providas de tanque, onde eram realizados os batismos por imersão, a exemplo do Batistério Neoniano, em Ravena (século V). Tais edifícios tinham local próprio, e independente do sítio das igrejas.

Além da função de abrigar pessoas não qualificadas para acessar o edifício religioso durante celebrações litúrgicas, há evidências que o nártex também funcionou como espaço para sepultamento de mortos, principalmente no período bizantino, quando ritos funerários eram também realizados no recinto (CRACIUN, 2005, p. 150). Entretanto, o nártex bizantino acolhia mortos comuns. Membros da nobreza e

benfeitores da igreja competiam por sepulturas na nave do templo católico, próximo a altares de santos protetores, e principalmente no presbitério, zona adjacente à cabeceira da igreja, onde ficava o altar-mor via de regra orientado para Jerusalém. .

No século XVI, o uso de pórticos foi recorrente em Portugal. Na cidade de Coimbra, as igrejas de dois colégios da tradicional universidade apresentam sugestivas estruturas do gênero incorporadas aos respectivos edifícios – a igreja do colégio de São Pedro (1540), e aquela do colégio de N. S. do Carmo (1597). A primeira é guarnecida de pórtico de três arcos romanos, sendo o central mais alto que os laterais, numa composição inspirada no modelo palladiano, o qual é fielmente reproduzido no segundo exemplar citado, onde a abertura central em arco pleno é flanqueada por dois vãos laterais em verga reta (CAVALCANTI FILHO, 2009, p.98). A igreja do antigo convento franciscano de Coimbra, apesar de apresentar pórtico de cinco arcos romanos, também acompanha o partido adotado nos templos supracitados, onde a abertura central é mais larga e alta.

Ainda no contexto quinhentista português, a literatura se refere à galilé com uma terceira função além de abrigar catecúmenos e penitentes, e de sediar sepulturas – aquela de acolher festivais religiosos. Registros datados de 1564 fazem menção de uma procissão organizada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento na cidade de Évora, que terminou com uma peça teatral de conotação religiosa na galilé da Igreja de S. Mamede – o assassinato de Abel por Caim (CAVALCANTI FILHO, 2009, p.99; KUBLER, 2005, p.73). Tal registro sinaliza para a prática de encenações congêneres no referido espaço, que inclusive podiam ser atreladas à coleta de donativos mencionada anteriormente, até porque sua localização privilegiada na porção anterior da igreja e a presença dos arcos romanos sobre imponente embasamento sugeriam uma espécie de palco e cenário para espetáculos teatrais.

É importante ressaltar que as galilés das igrejas da metrópole seguiam as ‘Instruções’ de Borromeo, inclusive com relação aos materiais construtivos utilizados, que deviam ser resistentes e nobres. Sobre as referidas estruturas, a normativa assim previa: “Este pórtico, erigido mediante colunas de mármore, pilares de pedra ou de tijolo, deve coincidir seu comprimento com a largura da igreja” (BORROMEIO, 1985, p.9). O atendimento à essa norma tridentina foi cuidadosamente observado no mundo lusitano, que gozava dos privilégios do Padroado Régio, acordo através do qual a Igreja dava poderes ao Rei de Portugal de decidir sobre todas as questões eclesiásticas nos seus domínios (AZZI, 1979, p.163).

No Brasil, os primeiros registros de galilé podem ser contemplados em gravuras que retratam aspectos gerais de vilas e povoações nordestinas ocupadas pelos holandeses entre 1630 e 1654. Nelas o espaço aparece sob forma de alpendre adossado à fachada do edifício religioso, fosse este de caráter secular ou vinculado a alguma ordem religiosa. A galilé só se apresenta com aparência aproximada daquela adotada na metrópole no século XVI (conforme descrita nos casos coimbrenses), nas edificações eclesiásticas fabricadas no século seguinte, a exemplo da igreja beneditina

de N. S. dos Prazeres, nos Montes Guararapes (Pernambuco), da igreja carmelita de Santa Teresa, em Salvador (Bahia), e da igreja de N. S. do Monte Serrat, da Ordem de São Bento, em João Pessoa (Paraíba), entre inúmeras outras. Todas elas apresentam pórtico com três arcos romanos, que era a solução mais recorrente na metrópole, a exemplo da Igreja dos Remédios, de 1606, em Évora (HORTA CORREIA, 2002, p.61-62). No contexto franciscano nordestino, porém, esse modelo de galilé ainda evoluiria, assumindo uma morfologia mais ambiciosa, caracterizada por requintados componentes materiais e formais traduzidos na cantaria de pedra calcárea.

3 | A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NORDESTINOS

Dos treze conventos franciscanos fundados no Nordeste no período colonial, apenas um não foi provido de galilé, curiosamente o maior complexo seráfico da região, situado na capital da colônia – o convento de Salvador. Entretanto, a ausência do referido pórtico ocorreu na construção da segunda versão da igreja, iniciada na primeira década do século XVIII, já que a estrutura confinaria sua lateral norte com a quina de uma casa situada do outro lado da rua (JABOATÃO, 1859, p.268-269). Registros sobre a primeira edificação, iniciada em 1587, atestam a presença do espaço, assim se referindo sobre as obras executadas na guardiania de Frei Bernardino de Santiago entre 1621 e 1624: “No seu tempo, se alongou o coro da porta da igreja até os arcos” (IPHAN, 1978, p.7). O outro convento atualmente desprovido de galilé – São Francisco, em Sirinhaém, Pernambuco – na verdade gozou dos benefícios da estrutura até idos do século XIX, quando o frontispício da igreja desmoronou (SILVA, 2002, p.258). A comprovação da presença original do pórtico no referido cenóbio pode ser confirmada na literatura, que trata do mesmo como segue: “Tem o frontispicio sobre tres arcos de pedra lavrada pela parte dianteira, e hum por cada lado, ficando sobre estes huma parte do coro” (JABOATÃO, 1861, p.509).

Considerando os onze conventos providos de galilé, cumpre destacar que a linguagem que apresentam atualmente remete ao final do século XVIII, quando os cenóbios foram concluídos alicerçando sua nova aparência na última versão da estrutura vestibular com que foram contemplados. Entretanto, como foi dito acima, até atingir tal aparência, a literatura revela que houve duas versões anteriores. A primeira delas se configurou entre 1585, quando a primeira casa franciscana foi fundada em Olinda, e 1654, quando os holandeses se retiraram do território nordestino. Nessa fase, a galilé consistia num pequeno alpendre adossado à fachada da igreja conventual, o qual ‘guardava’ sua porta contra o mundo exterior. Tal evidência pode ser confirmada num ‘clássico’ registro iconográfico de autoria do artista holandês Frans Post, que integrou a comitiva artístico-científica do governador do Brasil holandês, o Conde Maurício de Nassau (SOUSA-LEÃO, 1973, p.16-17). A pintura de Post apresenta um panorama da então Vila de Igarassu, situada na capitania de Pernambuco, onde aparece em

primeiro plano a igreja paroquial de São Cosme e Damião, e, ao fundo o cenóbio franciscano com a fachada da respectiva igreja conventual provida de alpendre (Figura 1). A igreja é simples, coberta com duas águas, com empena frontal marcada por duas aberturas superiores flanqueando óculo central; o corpo do convento se desenvolve à sua esquerda, em cuja extremidade se eleva a chaminé da cozinha.

Oportunamente, é importante destacar que essa linguagem simples de arquitetura religiosa, desprovida de elementos decorativos, foi recorrente na colônia, haja vista outras gravuras genéricas de Post nos registros que fez das vilas e povoações brasileiras. As próprias edificações dos jesuítas reproduziam o modelo, que na verdade reverberava a prática arquitetônica religiosa adotada na metrópole durante o período da União Ibérica (1580-1640). As igrejas jesuítas de São Roque, em Lisboa (1586), e de São Paulo, em Braga (1589), assim como a ermida de Nossa Senhora da Conceição, em Tomar (1573), constituem expressivos exemplares desse Maneirismo quinhentista português (SANTOS, 1951, p.142; SERRÃO, 2001, p.208; HORTA CORREIA, 2002, p. 31). A linguagem, denominada de ‘chã’ pelo estudioso americano George Kluber, remetia a um repertório de edifícios guarnecidos, entre outros traços maneiristas, de frontão triangular que coroava fachada com portada em pedra com duas aberturas simétricas dispostas na sua porção superior (KUBLER, 2005: p.25-27).

No contexto franciscano, esse componente maneirista adotado na arquitetura chã se aplicava sem maiores dificuldades. Afinal, a Ordem dos frades menores era mendicante, e como tal, exaltava a Santa Pobreza como conceito basilar que devia reger todas as esferas da sua atuação, inclusive aquela das edificações religiosas por eles executadas. Os próprios estatutos da entidade à qual os conventos do Nordeste estavam subordinados – a Província de Santo Antônio do Brasil – assim rezavam no capítulo relativo aos edifícios e casas: “Encomendase muyto que nos edifícios e obras resplandeça sempre a santa pobreza, não fazendo curiosidades supérfluas, e desnecessárias” (ESTATUTOS, 1681: p.113).

A segunda linguagem de galilé adotada nos conventos em questão também carregava traços da arquitetura chã portuguesa. Desenvolvida entre 1654 e 1750, ela decorreu da necessidade da ampliação do coro alto devido ao aumento do número de frades nos cenóbios (CAVALCANTI FILHO, 2009, p.78). Como a referida estrutura devia ser localizada na porção anterior à nave da igreja conventual, sua construção se deu para fora da mesma, sendo apoiada em três arcos plenos em pedra lavrada externos à porta de entrada do templo, arcos esses que definiriam a linguagem da galilé, cujo comprimento correspondia à largura da nave da igreja conventual (conforme orientação de Borromeo). Com relação à fachada, a mesma compreendia três níveis, sendo o térreo, o pórtico de três arcos, o superior correspondendo às três janelas do coro alto, e o terceiro nível, o próprio frontão clássico que arrematava toda a frontaria do edifício. Não há registros iconográficos de época desses frontispícios, porém Frei Jaboaão, nomeado cronista da Província de Santo Antônio do Brasil, a exemplo da descrição que fez sobre o cenóbio de Sirinhaém (acima transcrita), menciona os três

arcos frontais, ao se referir aos conventos de Igarassu, Ipojuca, Paraguaçu e Cairu (JABOATÃO, 1861, p.325; p.480; p.542; p.567). O convento de Ipojuca é o único que ainda mantém a aludida leitura, provavelmente por não ter sido contemplado com os recursos financeiros necessários para o embelezamento porque passaram os seus pares na fase seguinte, além das limitações de implantação impostas pelo conjunto edificado. O acréscimo de pequenas volutas superpostas ao frontão clássico deve ter acontecido *a posteriori*, numa tentativa frustrada de aproximação formal com os outros conventos da Ordem (Figura 2).

A terceira e última versão de galilé, definida a partir de meados do século XVIII, constituiu a mais elaborada, contemplando cinco arcos romanos no plano frontal da estrutura: os três pré-existentes, e mais dois adicionados um em cada extremidade da galilé. Como foi dito anteriormente, essa versão conferiu as bases para a composição da nova fachada da igreja conventual que se tornou modelo para a arquitetura dos frades menores no nordeste colonial – aquele de um monumental triângulo de contornos curvos, coroado por uma cruz, e assente sobre requintado pórtico de arcos plenos (Figura 3). O cronista da província, na sua incumbência de registrar, em meados do século XVIII, toda a história dos franciscanos e seus feitos desde o final do século XVI, menciona a presença dos cinco arcos de volta perfeita nos conventos da Paraíba (atual João Pessoa) e do Recife (JABOATÃO, 1861, p.372; p.440). Tal evidência confirma que foram esses cenóbios os pioneiros a adotar a galilé com cinco arcos romanos, pois ao referir-se aos outros conventos nessa mesma época, o cronista menciona a presença de apenas três arcos no plano de suas frontarias.

A versão da galilé com cinco arcos romanos, no entanto, só pôde ser adotada em cinco casas conventuais: Paraíba, Recife, Cairu, Paraguaçu (Figura 3), e São Francisco do Conde. Os outros sete conventos providos do ambiente, por questões de disponibilidade de espaço, não puderam ter seus pórticos ampliados para os lados (o que corresponderia aos dois arcos colaterais a serem acrescentados à estrutura). A ocupação dessas áreas laterais por construções pré-existentes do próprio complexo religioso impediu tal ampliação. Contudo, nessa última fase de construção, o partido triangular ascendente se aplicou a todos os conventos, gerando uma identidade própria às respectivas fachadas, onde as volutas de base, as curvas e contracurvas constituíram elementos marcantes na molduragem da inédita composição. Vale ressaltar que o comprimento a que chegaram as galilés com cinco arcos plenos variou entre 14m e 18m, contra a variação de 8m a 10m das estruturas providas de três arcos, estas últimas medidas correspondendo à largura das respectivas naves das igrejas conventuais (como já foi posto anteriormente). A profundidade da galilé, no entanto, permaneceu a mesma adotada na segunda versão, variando entre 3m e 3,5m.

4 | A GALILÉ FRANCISCANA: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?

Uma vez apresentada a versão final da galilé franciscana nordestina com três e cinco arcos plenos, cumpre analisá-la sob o ponto de vista das funções a ela atribuídas, da sua estrutura interna, dos materiais utilizados e dos elementos decorativos ali presentes. No tocante à função, o argumento de constituir um espaço de segregação entre o sagrado e o profano é válido para todos os casos, até porque remete a uma base conceitual tridentina: aquela de ‘proteger’ o recinto eclesiástico – a igreja – contra o componente adverso do mundo exterior. No entanto, o caráter de integração do espaço se aplica apenas aos casos da galilé de cinco arcos, que realmente integrava as instalações das duas ordens presentes no complexo conventual: a Ordem Primeira, dos frades propriamente ditos, cuja entrada ficava à esquerda das três portas da igreja; e a Ordem Terceira, dos leigos que abraçavam a causa franciscana, cuja entrada ficava à direita dos acessos ao templo. O exemplar da Paraíba (atual João Pessoa) traduz com fidelidade esse caráter de integração que o último modelo de galilé imprimiu à arquitetura conventual franciscana (Figura 4). Entretanto, é importante ressaltar que o tratamento das entradas sugeria uma hierarquia, traduzida na maior elaboração artística das portas centrais, que davam acesso ao espaço mais precioso do cenóbio – a igreja.

No tocante às efetivas funções do espaço, aquele de sepultamento ficava muito claro, inclusive no exemplar supracitado, o qual ainda exhibe nítidas marcas de campas funerárias no seu piso, disposto sob forma de uma grade de pedra calcárea cujos espaços retangulares internos correspondem às antigas campas onde os defuntos eram colocados. O mesmo desenho de piso era adotado na nave da igreja franciscana, guardando uma recomendação do regimento eclesiástico em vigor na colônia – as Constituições do Arcebispado da Bahia – cujo título 53 (Livro Quarto) assim reza: “É costume pio, antigo, e louvavel da Igreja Catholica, enterrarem-se os corpos dos fieis Christãos defuntos nas Igrejas, ...” (VIDE, 1853, p.295). É importante frisar que, a exemplo do que ocorrera no nártex bizantino citado em seção anterior, o pórtico franciscano não era tão cobijado pelos fiéis benfeitores, por estar distante do setor mais sagrado da igreja – a capela-mor. Nesse sentido, não se pode relevar uma inscrição que existia numa campa de pedra na porta principal do templo paraibano com os seguintes dizeres: “Aqui jaz Pedro Monteiro de Macedo, que por governar mal esta capitania quer que todos o pizem, e a todos pede um Padre Nosso, e Ave-Maria pelo amor de Deus. 1744” (CAVALCANTI FILHO, 2009, p. 100; BURITY, 2008, p.116; BARBOSA, 1953, p.53; JABOATÃO, 1861, p.374). Tal inscrição na lápide sugere uma confissão do titular da sepultura, que teria escolhido um lugar ‘inferior’ do complexo conventual (pelo menos sob o ponto de vista do status do local enquanto espaço para sepultamentos), para seu jazigo perpétuo.

Essa ‘inferioridade’ da galilé era simbólica desde o cristianismo primitivo, sobretudo sob o ponto de vista litúrgico, uma vez que o foco das celebrações

religiosas era a capela-mor, o local mais sagrado da igreja, tradicionalmente voltado para o Oriente, para Jerusalém. A normativa tridentina ratificava a recomendação da cabeceira voltada para leste, porém oferecia flexibilidade para casos especiais desde que houvesse conhecimento e permissão por parte da autoridade eclesiástica (BORROMEO, 1985, p. 15). Assim, independentemente da real orientação do templo católico, sua capela-mor sempre ficaria voltada para o leste, no caso o leste litúrgico. A galilé, por conseguinte, estaria invariavelmente no oeste litúrgico do templo. Nesse sentido, é importante ressaltar que, dos doze conventos contemplados com o pórtico, apenas seis tiveram a estrutura voltada para o oeste verdadeiro.

Com relação ao tratamento das demais superfícies das galilés dos conventos em pauta, além do piso marcado com campas, é importante registrar os tetos e as superfícies laterais. Os primeiros foram expressos através de abóbadas de arestas de alvenaria, como pode ser visto em Recife, Paraguaçu e Cairu; ou através de forro plano em madeira pintada, como em Igarassu, São Francisco do Conde e Paraíba. Nestes últimos, a pintura do brasão da Ordem Franciscana toma lugar de destaque, marcando o 'território religioso' onde o fiel estaria penetrando. No tocante às superfícies laterais, a arcada frontal do pórtico era normalmente guarnecida de robustos portões de madeira torneada que garantiam a segurança do conjunto religioso (Figura 4), enquanto o lado oposto era guarnecido pelas portadas do templo. As poucas superfícies desprovidas de aberturas eram revestidas com azulejos, como as galilés de Cairu e da Paraíba, que apresentam peças figurativas, já que não havia paredes livres para a colocação de painéis historiados, que eram comuns aos claustros, a exemplo do convento olindense, onde dezesseis cenas alusivas à vida de São Francisco baseadas em gravuras do artista flamengo F. Harrewyn, revestem as paredes das galerias (MUELLER, 1954: p.111).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto no presente trabalho, ficou clara a relevância que tinha a galilé no contexto da arquitetura produzida pelos frades menores no Nordeste durante o período colonial. Inicialmente simples, como pequena estrutura em frente à porta principal do templo católico seráfico, anexa ao corpo do edifício, o espaço foi em seguida incorporado à edificação franciscana sob forma de pórtico de três arcos romanos, constituindo a base de um frontispício pautado nas linhas da arquitetura chã portuguesa, com coroamento sob forma de frontão clássico. Já em meados do século XVIII, na fase de embelezamento da forma arquitetônica dos complexos seráficos, a galilé tomou uma dimensão mais ambiciosa, na medida em que, sob o signo de uma métrica escalonada de fachada, teve suas extremidades acrescidas de um arco pleno em cada lado, formando a portentosa base de cinco arcos sobre a qual ficaria assente o suntuoso, e por que não dizer singular, frontispício.

Considerando tais evidências, pode-se perceber uma nítida evolução de função e de forma nas três fases da galilé franciscana do nordeste colonial, as quais sugerem integração e/ou segregação, uma vez consideradas suas particularidades. A primeira versão basicamente traduzia o conceito de observância próprio da Ordem, na medida em que o pequeno alpendre com cobertura própria, devidamente representado na iconografia holandesa, guardava uma recomendação tridentina – aquela de ‘proteger’ a porta de acesso à edificação sagrada contra as intempéries e os apelos do mundo exterior. A segunda, além de observar o preceito tridentino com mais propriedade, já que a citada ‘proteção’ se dava através de pórtico de três arcos plenos com comprimento correspondente à largura da nave da igreja, servia de base para o coro alto, ampliado devido ao aumento do número de frades no convento. Nessa versão, o componente da segregação espacial era notório, sendo a galilé o espaço que separava o exterior profano do interior sagrado, numa nítida relação ‘ascensional’ que partia do aludido recinto em direção ao altar-mor.

Já a terceira (e derradeira) versão da galilé, teve grande impacto na produção da arquitetura franciscana sob o ponto de vista formal, pois, além de constituir a extensa base de cinco arcos plenos sobre a qual ficava assente o monumental frontispício de partido triangular, garantiu o caráter singular do modelo adotado em todos os conventos nordestinos. Sob o ponto de vista da função, essa galilé atendeu plenamente às novas demandas do cenóbio, emprestando ao mesmo a integração necessária para o seu funcionamento. A ampliação de seu comprimento em ambas as extremidades, correspondendo aos dois arcos adicionados às laterais da antiga estrutura, favoreceu os acessos às instalações dos dois grupos de religiosos que interagiam no complexo conventual: de um lado a comunidade dos frades menores, a Ordem Primeira, e do outro, a Ordem Terceira, a irmandade dos franciscanos leigos. Nesse sentido, a galilé contribuiu para a integração entre as duas ordens, promovendo uma relação horizontal entre as mesmas, sem interferir na sua independência física, já que eram separadas longitudinalmente pela nave da igreja conventual. Não obstante, aquele componente ‘vertical’, de segregação espacial continuaria garantido na medida em que a galilé separava transversalmente, e de forma simbólica, a sacralidade da igreja e das instalações das duas ordens ali presentes, da profanidade do mundo exterior.

Por fim, não se pode relevar o componente ambíguo da galilé no cenário da arquitetura franciscana do Nordeste colonial. Se por um lado constituía um ambiente desprestigiado no tocante à hierarquia de espaços da igreja destinados a sepultamentos, e ao acolhimento daqueles inaptos ao acesso ao seu interior; por outro, gozava do status de constituir estrutura basilar para a composição plástica do frontispício do templo, que no contexto franciscano nordestino, transpareceu ineditismo e singularidade num desenho recheado de erudição.



Fonte: Coleção A. Stein, Crans-sur-Sierre (SOUSA-LEÃO, 1973, p.114).

Figura 1 – Igarauçu: Igreja e Convento



Figura 2 – Convento de Santo Antônio, Ipojuca, PE: aspecto exterior e planta-baixa pavimento térreo.

Fonte: Acervo Ivan Cavalcanti Filho; IPHAN/5ª SR-Recife, PE. Edição Ivan Cavalcanti Filho, 2017.



Figura 3 – Conventos franciscanos: Paraíba (1), Recife (2), Paraguaçu (3) e Cairu (4).
 Fonte: CAVALCANTI FILHO (2009, Inventory p.94; p.116; p.192; p.208).

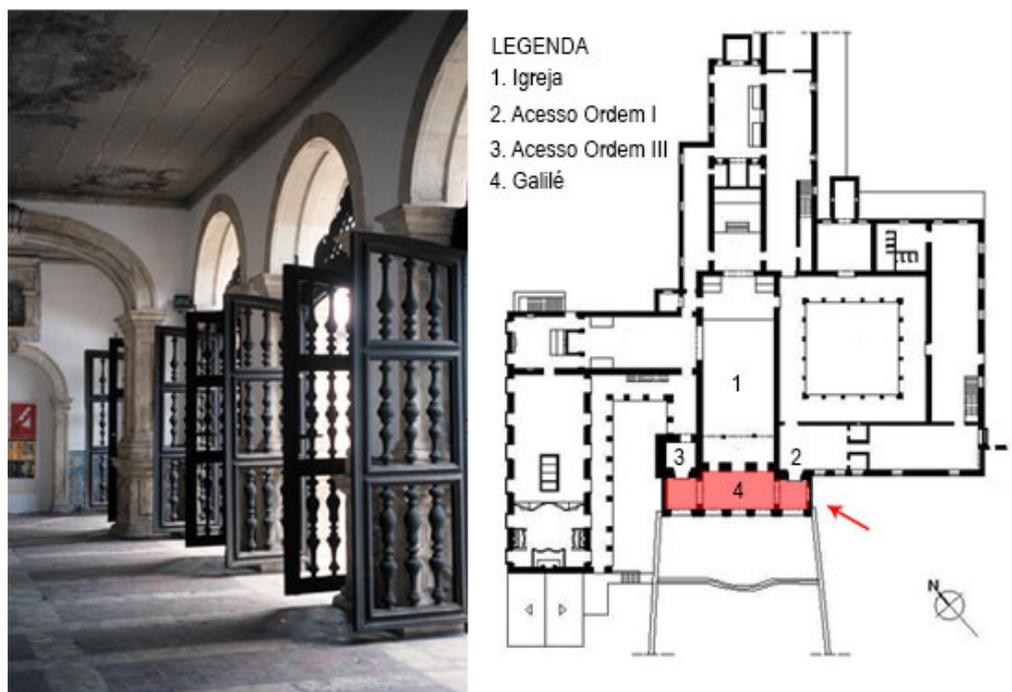


Figura 4 – Convento de Santo Antônio da Paraíba: vista interna da galilé e planta pav. térreo.
 Fonte: CAVALCANTI FILHO (2009, p.95); IPHAN/20°SR-João Pessoa, PB. Ed. Cavalcanti Filho, 2017

REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. A Instituição Eclesiástica durante a Primeira Época Colonial. In: HOORNAERT, Eduardo et al (Org.). **História da Igreja no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BAZIN, Germain. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1980. 2 v.
- BENEVOLO, Leonardo. **Introdução à Arquitetura**. Tradução de Daniela Santacatarine. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.
- BLUNT, Anthony. **Teoria Artística na Itália 1450-1600**. Tradução de João Moura Jr. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.
- BORROMEO, Carlos. **Instrucciones de la Fabrica y del Ajuar Eclesiasticos**. Tradução de Bulmaro Reyes Coria. Mexico: UNAM – Imprenta Universitaria, 1985.
- CAVALCANTI FILHO, Ivan. **The Franciscan Convents of North-East Brazil 1585-1822: function and design in a colonial context**. 2009. 248f. Tese (Doutorado em História da Arte) – School of Arts and Humanities, Oxford Brookes University, Oxford, Inglaterra.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. 1. ed. São Paulo: São Paulo Livraria Editora Ltda, 1972.
- CRACIUN, Maria. *Apud Ecclesia: church burial and the development of funerary rooms in Moldavia*. In: COSTER, Will; SPICER, Andrew (Ed.). **Sacred Space in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- CURL, James Stevens. **A Dictionary of Architecture**. Oxford: Oxford Press, 1999.
- ESTATUTOS da Provincia de Santo Antonio do Brasil. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor da Casa Real, 1683.
- HORTA CORREIA, José Eduardo. **Arquitetura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Livro dos Guardiões do Convento de São Francisco da Bahia: 1587-1862**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; IPHAN, 1978.
- JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria, OFM. **Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859; 1861. 5 v.
- KRÜGER, Kristina. *Órdenes Religiosas y Monasterios*. Koln: H. F. Ullmann, 2008.
- KUBLER, George. **A Arquitetura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706**. 2. ed. Tradução de Jorge Henrique Pais da Silva. Lisboa: Vega, 2005.
- MUELLER, Frei Bonifácio, OFM. Os Azulejos do Convento de São Francisco de Olinda. **Santo Antônio**. Recife, ano 12, n. 2, 1954, p.111-123.
- PAIS DA SILVA, Jorge Henrique. **Páginas de História da Arte**. v.1. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da Arquitetura Ocidental**. 2. ed. Tradução de José Teixeira Coelho

Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RATZINGER, Joseph. **Introdução ao Espírito da Liturgia**. 2. ed. Tradução de Jana Almeida Olzansky. Prior Velho: Paulinas, 2006.

SANTOS, Paulo F. **O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1951.

SERRÃO, Vítor. **História da Arte em Portugal: Renascimento e Maneirismo**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco Preservado: Histórico dos Bens tombados no Estado de Pernambuco**. Recife: L. Dantas Silva, 2002.

SOUSA-LEÃO, Joaquim. **Frans Post 1612-1680**. Amsterdam: A. L. Van Gendt, 1973.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições do Arcebispado da Bahia ... anno de 1707**. 2. ed. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-035-3

